



Lei nº 357/2005, em 05 de dezembro de 2005

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providencias.

O Prefeito Constitucional do Município de Alhandra Estado da Paraíba, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Alhandra, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro de 2006, discriminado pelos anexos constantes desta Lei, estima a Receita em R\$ 12.908.445,00 (doze milhões novecentos e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) fixa a Despesa R\$ 12.796.445,00 (doze milhões setecentos e noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) e a Reserva de Contingência em R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimientos de fundos e outras fontes de renda na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA POR FONTES	VALOR-R\$
RECEITAS CORRENTES	14.477.357,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	273.230,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	187.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	65.010,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.902.177,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.940,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	1.568.912,00
TOTAL GERAL	12.908.445,00

*Prefeitura Municipal de Alhandra, Rua João Pessoa, 66 – Centro – PB
Telefone 3256-2288 – Fax 3256-2288*

Cont.

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos desta lei, conforme discriminação abaixo:

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR-R\$
LEGISLATIVA	705.077,00
ADMINISTRATIVA	1.239.005,00
ASSISTENCIA SOCIAL	456.838,00
PREVIDENCIA SOCIAL	522.200,00
SAÚDE	3.230.424,00
EDUCAÇÃO	4.183.535,00
CULTURA	130.297,00
URBANISMO	1.265.184,00
HABITAÇÃO	125.000,00
SANEAMENTO	29.185,00
AGRICULTURA	188.400,00
TRANSPORTE	78.800,00
DESPORTO E LASER	113.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS	529.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.796.445,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	112.000,00
TOTAL GERAL	12.908.445,00

Art. 4º - De acordo com o artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição da Republica Federativa do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/1964, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – Efetuar Operações de Crédito por Antecipação da Receita até o limite previsto na legislação vigente;

II – Abrir Crédito Suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento), do total da despesa fixada nesta lei.

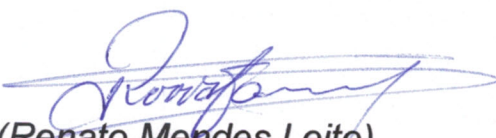


Cont.

Art. 5º - Para cobertura da abertura dos créditos suplementares constantes do disposto no inciso II, do artigo 4º desta Lei, o Poder Executivo poderá utilizar os recursos previstos no incisos I, II e III, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/1964.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor a partir de 01(primeiro) de janeiro de 2006, são revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito constitucional, em 05 de dezembro de 2005.


(Renato Mendes Leite)
(Prefeito)